

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COOPERATIVISMO**

ANDRESSA SCARIOT

**O IMPACTO DO COOPERATIVISMO NA VIDA DOS COOPERADOS. UM ESTUDO
DE CASO A PARTIR DA COOPERATIVA DE AGRICULTORES E
AGROINDÚstriAS FAMILIARES DE CAXIAS DO SUL**

São Leopoldo

2018

ANDRESSA SCARIOT

**O IMPACTO DO COOPERATIVISMO NA VIDA DOS COOPERADOS. UM ESTUDO
DE CASO A PARTIR DA COOPERATIVA DE AGRICULTORES E
AGROINDÚTRIAS FAMILIARES DE CAXIAS DO SUL**

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Cooperativismo, pelo Curso de Especialização em Cooperativismo da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS

Orientador: Dr. Carlos Daniel Baioto

São Leopoldo

2018

Dedico este trabalho ao meu marido que esteve ao meu lado, dando apoio em todos os momentos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à diretoria da CAAF por disponibilizar o espaço e as informações para o desenvolvimento deste trabalho. Aos professores do curso pelo aprendizado e principalmente ao meu orientador pelo auxílio no desenvolvimento deste trabalho.

RESUMO

A cooperativa é uma associação de pessoas buscando espaço e vida digna, dentro do mercado, e uma empresa que procura responder a todas as necessidades econômicas, de trabalho e de renda de seus associados de forma cada vez mais eficiente e com qualidade na prestação dos seus diversos serviços. Assim as cooperativas surgem das dificuldades que pessoas sozinhas sentem para resolver determinado problema e assim unem-se em um grupo de pessoas para conseguir atingir o objetivo em comum. Desta forma o presente estudo tem como objetivo analisar e compreender como uma cooperativa pode impactar a vida dos seus cooperados, análise feita a partir de um estudo de caso da Cooperativa de Agricultores e Agroindústrias Familiares de Caxias do Sul, que teve seu início quando um pequeno grupo de agricultores familiares decidiram se unir para atender a demanda da merenda escolar das escolas de Caxias do Sul. A pesquisa utilizou o método qualitativo, análise de conteúdos e foram realizadas entrevistas semiestruturadas com cooperados que são sócios desde a criação e alguns que são sócios a menos de dois anos.

Palavras-chave: Cooperativismo. Agricultura Familiar. Alimentação Escolar.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Compras cooperados	33
Gráfico 2 - Renda média por cooperados	34
Gráfico 3 - Gênero Cooperados	35
Gráfico 4 - Estado Civil Cooperados	35
Gráfico 5 - Idade Cooperados	36
Gráfico 6 - Vendas Entrevistado C	42

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Evolução histórica do PNAE	20
--	----

LISTA DE SIGLAS

CEASA	Centrais de Abastecimento
DAP	Declaração de Aptidão ao Pronaf
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
MEC	Ministério da Educação
OCB	Organização das Cooperativas Brasileiras
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SEAD	Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário
UFGRS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
1.1 PROBLEMA	11
1.2 OBJETIVOS	12
1.2.1 Objetivo Geral	12
1.2.2 Objetivos Específicos	12
1.3 JUSTIFICATIVA	12
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	15
2.1 AGRICULTURA FAMILIAR	15
2.3 PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.....	17
2.3 COOPERATIVISMO.....	24
2.4 TIPOS DE ECONOMIA	26
3 METODOLOGIA	29
3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA.....	29
3.2 UNIDADE DE ANÁLISE E SUJEITOS DA PESQUISA	30
3.3 TÉCNICA DE COLETA DE DADOS.....	31
3.4 TÉCNICA DE ANÁLISE DE DADOS.....	32
4 ANÁLISE DOS RESULTADOS	39
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	45
REFERÊNCIAS	47
APÊNDICE A – ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA	50

1 INTRODUÇÃO

O cooperativismo pode ser considerado como uma filosofia de vida, é um modo de viver, é uma escolha. Como a OCB (2018) descreve, o cooperativismo é mais que um modelo de negócios, ele é uma oportunidade de desenvolvimento econômico e social, que busca transformar o mundo em um lugar mais justo, feliz, com melhores oportunidades para todos. É o caminho que faz possível unir, produtividade e sustentabilidade, o individual e o coletivo.

A cooperação na forma de união de pessoas para alcançar objetivos em comum pode ser visto desde o início dos tempos. Conforme Klaes (2005) é clara a tendência do homem de procurar solucionar as exigências que o ambiente impõe através de uma ação grupal. E é por este motivo que a cooperação tem acompanhado a evolução do homem.

Conforme escrevem Schneider, Hendges e Silva (2010) a cooperativa nasce da solidariedade, buscando realizar o bem comum. Diferentemente de outras associações e organizações, o seu principal objetivo é a melhoria das pessoas que a compõem, na busca da satisfação de suas necessidades materiais e humanas básicas. Desta forma a cooperativa é uma estrutura em condições de combinar aspectos econômicos e sociais, sem recorrer à exploração das pessoas e à maximização do lucro. A cooperativa tem como diferencial empenhar-se na realização de um duplo objeto: a busca da eficiência social e da eficiência econômica ou uma eficiência social por meio de uma eficiência econômica.

As cooperativas para Andrade (2013) são organizações formadas por um grupo de pessoas que têm em comum, o desejo e a necessidade de se organizarem para atender melhor os mercados, assim se mostram como uma importante alternativa. O cooperativismo, dentro desta concepção torna-se uma opção de superação de problemas e fortalecimento de muitas atividades produtivas, pois pode ajudar na conquista de melhores resultados, bem como na facilidade de inserção e participação mais ativa na economia.

A presente pesquisa irá focar nas cooperativas do ramo agropecuário que é composto pelas cooperativas agropecuárias e de produtores rurais, estas se caracterizam pelos serviços prestados aos associados, como recebimento, comercialização da produção conjunta, além da assistência técnica, educacional e social. É o ramo com maior participação no PIB e nas exportações. O

cooperativismo está presente em quase toda cadeia produtiva agropecuária do Estado. (OCB/RR, 2018)

Entre os motivos para a criação de uma cooperativa, no ramo agropecuário, estão: tentar acabar com os atravessadores, facilitar o acesso ao mercado, comprar insumos a preços acessíveis, fornecer nota fiscal e obter assistência técnica adequada, com vistas à produtividade, diminuição de custo e melhor competitividade da atividade produtiva. (ANDRADE E ALVES, 2013)

Segundo Nascimento (2000), a importância que as cooperativas agrícolas representam, com sua tradição, seu crescimento, tanto pelo volume de negócios que elas envolvem, quanto pelo seu dinamismo, pode-se dizer que o desenvolvimento delas está relacionado ao desenvolvimento do país.

Por isso, as cooperativas vêm contribuindo para a potencialização dos locais onde estão inseridas confirmando a perspectiva presente na literatura que identifica as cooperativas como estratégias importantes para o desenvolvimento local/rural. (MARTÍNEZ; PIRES, 2002)

As cooperativas foram um meio que muitos agricultores familiares, que não tem grande força sozinhos, encontraram para poder vender sua produção, com a cooperativa conseguem organizar melhor sua produção e conseguem atender mercados que individualmente não teriam chance.

Martínez e Pires (2002) veem a agricultura como o principal eixo do desenvolvimento rural, especialmente, por constituir principal fonte de ocupação da população rural. Para essas autoras, essa perspectiva ganha força pelo fato do cooperativismo possibilitar a organização da produção, diversificação das atividades agrícolas e a agregação de valor às commodities agrícolas.

O governo federal entendendo a importância da agricultura familiar criou algumas políticas públicas para apoiar esse setor, uma delas é a Lei nº 11.947, de 16/6/2009, que determina que 30% do valor repassado pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE deve ser investido na compra direta de produtos da agricultura familiar, medida que estimula o desenvolvimento econômico e sustentável das comunidades. (FNDE, 2018)

Com este lei impulsionou o surgimento de cooperativas de agricultores familiares para que juntos esses pequenos produtores pudessem participar deste programa com mais força e abrangência e é a partir daí que surge uma cooperativa da Serra Gaúcha, a Cooperativa de Agricultores e Agroindústrias Familiares de

Caxias do Sul, que será estudada aqui, para conhecer o impacto que ela tem sobre seus associados.

1.1 PROBLEMA

É dentro do escopo anteriormente apresentado que surge a Cooperativa dos Agricultores e Agroindústrias Familiares de Caxias do Sul, conhecida como CAAF, ela foi criada em 2010, a partir de uma associação (Associação dos Agricultores e Agroindústrias Familiares de Caxias do Sul) que teve seu início em 2009 com a lei da alimentação escolar, Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), assim um grupo de agricultores familiares se reuniram para vender seus produtos para as escolas estaduais de Caxias do Sul, e com essa união conseguir atender a demanda das escolas com a variedade de produtos necessária. A associação teve o apoio do Sindicato dos Trabalhadores de Caxias do Sul e a Emater de Caxias do Sul, para auxílio na formação da associação, o sindicato ficou como a entidade articuladora e auxiliava na parte documental das chamadas públicas das escolas estaduais. (CAAF, 2018)

A cooperativa foi criada quando decidiram expandir o mercado para as escolas municipais e a associação não tinha força para concorrer na licitação, por não ser possível emitir nota fiscal em seu nome, o que era uma exigência, assim em 10 de novembro de 2010 surge a CAAF, inicialmente com os 45 associados, que já faziam parte da associação, continuaram por mais um ano atendendo somente as escolas estaduais de Caxias do Sul, mas neste momento já atendiam as 51 escolas estaduais. E durante este tempo organizaram toda a documentação necessária para que ao fim de 2012 conseguisse participar da Chamada Pública de Caxias do Sul, e assim com a documentação em dia consegui ganhar a licitação e em fevereiro de 2013 começa a entregar nas escolas municipais. Este foi um grande passo para a CAAF a partir dali só expandiu mercado, e conseqüentemente aumentou o número de cooperados para atender toda a demanda e desta forma consegue atingir um maior de número de famílias de agricultores familiares. (CAAF, 2018)

Hoje a CAAF entrega os produtos dos seus cooperados para diversas escolas dos municípios da Serra (Caxias do Sul, Flores da Cunha, Nova Petrópolis, Bento Gonçalves, Antônio Prado), alguns da região Metropolitana (Esteio, Gravataí, São Leopoldo, Novo Hamburgo), além de institutos federais, quartéis, a UFRGS,

presídios, estes através da Secretaria do Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo (SDR).

Os cooperados da CAAF estão hoje em 254 associados, estes são principalmente produtores familiares de Caxias do Sul, produtores de hortifrúti, alguns da região da Serra e outros do Litoral, produtores de banana. E conta também com algumas agroindústrias da região da Serra.

A partir desse crescimento que vem a pergunta “De que forma a CAAF impacta a vida dos seus cooperados, na visão de parte do seu quadro social?”, fazendo jus ao trabalho, e a todo esforço pelo desenvolvimento da cooperativa e de seus cooperados, elementos primários na cadeia de produção e resultados da cooperativa.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar de que forma a CAAF impacta a vida dos seus cooperados desde sua criação, na visão de parte do seu quadro social.

1.2.2 Objetivos Específicos

- a) Identificar as expectativas que os associados tinham quando ingressaram na CAAF;
- b) Descrever as principais mudanças que decorreram da associação na CAAF no modo de vida dos cooperados, na visão de parte do seu quadro social;

1.3 JUSTIFICATIVA

O cooperativismo vem crescendo atualmente e trazendo muitas mudanças para quem se associa às cooperativas, por isso a importância de pesquisar que tipos de mudanças são essas.

A cooperativa nasce da solidariedade, funda-se sobre o princípio da subsidiariedade e visa realizar o bem comum. Diferentemente de outras associações e organizações, sua peculiaridade consiste em que na sua centralidade Visa à

melhoria global e integral das pessoas que a compõem, na busca da satisfação de suas necessidades materiais e humanas básicas, e também a obtenção de um justo excedente. Por isso a cooperativa é uma, ou talvez a única, estrutura em condições de combinar aspectos econômicos e sociais, sem recorrer à exploração das pessoas e à maximização do lucro. A cooperativa tem como aspecto central do seu diferencial empenhar-se na realização de um duplo objeto: a busca da eficiência social e da eficiência econômica. (SCHNEIDER; HENDGES; SILVA, 2010)

Ao mesmo tempo a cooperativa é uma associação de pessoas buscando espaço e vida digna, dentro do mercado, e uma empresa que procura responder a todas as necessidades econômicas, de trabalho e de renda de seus associados de forma cada vez mais eficiente e com qualidade na prestação dos seus diversos serviços. O grande diferencial das cooperativas é que o associado é ao mesmo tempo dono e usuário da organização, sendo os resultados da cooperativa, bem como seus benefícios e suas dificuldades, distribuídos de forma equitativa entre os associados.

A cooperativa se apresenta como uma estrutura em condições de oferecer as respostas, senão a todas, pelo menos a algumas das principais carências que se verificam na sociedade e na cultura de hoje: a promoção da cooperação, da interdependência, do bem comum, da democracia exercida como respeito ao outro, do espírito de autonomia e do protagonismo do cidadão. Todos esses são elementos fundamentais da filosofia cooperativista.

Percebe-se que as cooperativas desempenham papel primordial também nas localidades onde atuam, já que distribuem de forma igual o seu excedente próprio local/região onde seus reais donos vivem, onde têm suas raízes e realizam a maior parte das suas ações e vivências, dividindo dessa forma a riqueza produzida, em vez de concentrar o excedente nas mãos de poucos ou de regiões geográfica e economicamente privilegiadas.

O tema é importante para a CAAF, pois possibilitará analisar o impacto que ela tem no modo de vida dos seus cooperados, se está ajudando estes a se desenvolverem e o que é possível fazer para melhorar ainda mais a vida de seus associados. Para saber se seu objetivo quanto cooperativa está sendo atendido, de dar a chance para os pequenos agricultores de vender seus produtos a um preço justo, tendo um maior retorno financeiro.

Para a pesquisadora o tema é importante, pois esta, como funcionária da cooperativa, quer saber se a cooperativa, e por consequência o seu trabalho, está ajudando a melhorar a vida das pessoas. E também por ser filha de pequenos produtores sempre esteve ligada a agricultura familiar o que estimulada a saber como uma cooperativa pode influenciar a vida dos agricultores. E desde pequena ouvia os avós falando de cooperativas, mas infelizmente de cooperativas vinícolas que não deram certo, por isso a importância em saber se a CAAF está dando retornos positivos.

E além deste contexto inicial a pesquisadora começou a trabalhar na cooperativa em março de 2012, quatro meses após a criação da cooperativa, mas antes disso já ajudava a cooperativa através do sindicato, quando esta ainda era associação, onde era funcionário. Desde então trabalha na cooperativa no começo cuidando das chamadas públicas das escolas estaduais e notas fiscais, tanto de entrada como de saída, e também auxiliando os agricultores a fazer as notas de venda para a cooperativa. Hoje trabalha no financeiro, já não tendo mais um contato tão direto com os agricultores, mas sempre se importando em fazer o melhor para que os associados tenham um bom retorno da cooperativa.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 AGRICULTURA FAMILIAR

A agricultura familiar tem dinâmica e características distintas em comparação à agricultura tradicional, na agricultura familiar a gestão da propriedade é compartilhada pela família e a atividade agropecuária é a principal fonte geradora de renda. Além disso, o agricultor familiar tem uma relação particular com a terra, seu local de trabalho e moradia. A diversidade produtiva também é uma característica marcante desse setor.

Para os efeitos da Lei 11.326 de julho de 2006, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: não detenha, a qualquer título, área maior do que quatro módulos fiscais¹; utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. Além dos silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores, povos indígenas e integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e demais povos e comunidades tradicionais que atendam aos requisitos anteriores. (BRASIL, 2006)

A agricultura familiar, para Wanderley (apud TEDESCO, 1999), é um conceito genérico, que incorpora uma diversidade de situações específicas e particulares. Atualmente, a agricultura familiar sente-se obrigada a modificar sua vida social tradicional para adaptar-se ao novo contexto socioeconômico. Essas transformações do agricultor familiar moderno não produzem uma ruptura total e definitiva com as formas anteriores, mas sim gerando um agricultor portador de uma tradição camponesa, o que lhe permite, adaptar-se às novas exigências da sociedade.

O Ministério do Desenvolvimento Social define agricultura familiar, como:

¹ O módulo fiscal é uma unidade territorial agrária, fixada por cada município brasileiro baseados na Lei Federal nº 6.746/79. O tamanho do módulo fiscal, para cada município, é determinado levando-se em consideração: o tipo de exploração predominante no município e a renda obtida com ela; outras explorações importantes existentes no município; e o conceito de propriedade familiar, definido pela Lei nº 6.746/79.

A agricultura familiar é uma forma de produção onde predomina a interação entre gestão e trabalho; são os agricultores familiares que dirigem o processo produtivo, dando ênfase na diversificação e utilizando o trabalho familiar, eventualmente complementado pelo trabalho assalariado. (BRASIL, 2018)

Para o coordenador-geral de Monitoramento e Avaliação da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (Sead), Régis Borges de Oliveira: “O agricultor familiar tem um relação diferente com a terra, uma relação mais próxima devido à tradição familiar”, explica, ao lembrar que no Brasil a maioria dos municípios possui menos de 20 mil habitantes. “Nestas localidades, a agricultura familiar é muito presente e faz parte da cultura local”, acrescenta. (SEAD, 2016)

A lei orienta ações para auxiliar os agricultores familiares, segundo a Lei 11.326 de julho de 2006 para atingir seus objetivos, a Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais promoverá o planejamento e a execução das ações, de forma a compatibilizar as seguintes áreas: crédito e fundo de aval; infraestrutura e serviços; assistência técnica e extensão rural; pesquisa; comercialização; seguro; habitação; legislação sanitária, previdenciária, comercial e tributária; cooperativismo e associativismo; educação, capacitação e profissionalização; negócios e serviços rurais não agrícolas; agroindustrialização. (BRASIL, 2006)

Diante da importância da agricultura familiar para a produção de alimentos no país, o governo federal criou algumas políticas públicas para apoiar esse setor. A principal delas é o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que tem como objetivo promover o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar. Para ter acesso a este é preciso ter a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), que é a identificação do produtor como agricultor familiar, Régis Borges de Oliveira explica: “A gente costuma dizer que ela é a identidade do agricultor familiar. Sem esse documento ele não é reconhecido enquanto uma categoria de produtor rural que vem sendo cada vez mais reconhecido e ganhando importância no nosso país”, conclui. (SEAD, 2016)

A DAP é o documento que serve como instrumento para a identificação do agricultor familiar e é através dela que o agricultor tem acesso a diversas políticas públicas. A DAP pode ser de pessoa física, destinada a identificar o produtor individual e sua família, ou jurídica a qual identifica as formas associativas dos agricultores familiares, organizados em pessoas jurídicas devidamente formalizadas.

A DAP jurídica contém a relação completa de cada associado da cooperativa ou associação a ela vinculados, com seus respectivos números de DAP física.

Entre as políticas públicas que a DAP libera acesso estão o crédito rural do Pronaf, os programas de compras instrucionais, como o de Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o de Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), o Programa Garantia Safra e o Seguro da Agricultura Familiar. (FNDE, 2016)

2.3 PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

Dentre estas políticas será dado enfoque ao PNAE que foi o motivo da criação da CAAF. É o mais antigo programa do governo brasileiro na área de alimentação escolar e de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), sendo considerado um dos maiores e mais abrangentes do mundo no que se refere ao atendimento universal aos escolares e de garantia do direito humano à alimentação adequada e saudável, seu primeiro decreto ocorreu em 1955. Esta política pública, gerenciada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), autarquia do Ministério da Educação (MEC), atende de forma complementar todos os alunos matriculados na educação básica das escolas públicas, federais, filantrópicas, comunitárias e confessionais do país, segundo os princípios do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e da SAN. (PEIXINHO et al., 2014)

Nos últimos anos, a abrangência do atendimento do PNAE aumentou substancialmente, de pouco mais de 33 milhões em 1995 para mais de 43 milhões de escolares em 2013. Com isso, aumentou o volume de recursos repassados pelo FNDE aos estados, municípios e Distrito Federal, chegando a 3,5 bilhões de reais no ano de 2013. (PEIXINHO et al., 2014)

Para a execução do PNAE, a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, institui como diretrizes da alimentação escolar: alimentação saudável e adequada; educação alimentar e nutricional, universalização, participação social, desenvolvimento sustentável, direito à alimentação escolar. E nesta Lei que ficou definido que 30% do valor repassado a estados, municípios e Distrito Federal pelo FNDE para o PNAE devem ser utilizados obrigatoriamente na compra de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as

comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas, medida que estimula o desenvolvimento econômico e sustentável das comunidades. (FNDE, 2016)

A conexão entre a agricultura familiar e a alimentação escolar fundamenta-se nas diretrizes estabelecidas pelo PNAE, em especial no que tange: ao emprego da alimentação saudável e adequada, compreendendo o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis e; ao apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, sazonais, produzidos em âmbito local e pela agricultura familiar. (FNDE, 2016)

São participantes do PNAE, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação responsável por assegurar o direito à alimentação escolar por meio da transferência de recursos financeiros, em caráter complementar, aos Estados, Municípios e Distrito Federal, realizada pelo FNDE, a quem compete efetuar o cálculo dos valores financeiros a serem repassados, responder pelo estabelecimento de normas, acompanhamento, monitoramento, fiscalização e avaliação da execução; Entidade Executora que são o Estado, Município, Distrito Federal e escolas federais, como responsáveis pela execução do PNAE; Unidade Executora que é a entidade privada sem fins lucrativos, representativa da comunidade escolar, responsável pelo recebimento dos recursos financeiros transferidos pela Entidade Executora; e o Conselho de Alimentação Escolar (CAE) é o órgão colegiado de caráter fiscalizador, permanente, deliberativo e de assessoramento, instituído no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, composto por, no mínimo, 7 (sete) membros. (PEIXINHO et al., 2014)

Os agricultores familiares podem participar como fornecedores da alimentação escolar nas seguintes condições: grupos formais (cooperativas e associações de agricultores familiares devidamente formalizadas), grupos informais (grupos de agricultores familiares que se articulam para apresentar o projeto de venda, nesta é preciso uma entidade articuladora, como sindicatos, Emater) e fornecedores individuais (agricultores familiares individualmente). (FNDE, 2016)

O PNAE atende aos alunos matriculados na educação básica pública (educação infantil, ensino fundamental e médio, incluindo a educação de jovens e adultos). Para a execução dos recursos do PNAE, é organizada uma rede de parceria formada, principalmente, pelo FNDE, pelas Entidades Executoras

(secretarias estaduais e distrital de educação, prefeituras e escolas federais) e pelos órgãos de controle interno, como a Controladoria Geral da União, e de controle externo, como o Tribunal de Contas e o Ministério Público. O dado que fundamentará o repasse de recursos é o número de alunos registrado no Censo Escolar no ano anterior ao do atendimento. A operacionalização do Programa fundamenta-se na descentralização de recursos financeiros e na transferência automática em conta corrente específica. A gestão dos recursos pelas entidades executoras pode acontecer de várias formas: centralizada, descentralizada e semi-descentralizada. Os recursos, que são repassados em até dez parcelas, devem ser utilizados exclusivamente para aquisição de gêneros alimentícios a serem utilizados na preparação da alimentação escolar. A prestação de contas dos recursos financeiros recebidos do PNAE deve ser apresentada pela Entidade Executora ao FNDE periodicamente. Essa prestação de contas obedece a um fluxo que deve ser observado por todas as instâncias envolvidas no processo. (PEIXINHO et al., 2014)

O encontro da alimentação escolar com a agricultura familiar tem promovido uma importante transformação na alimentação escolar, ao permitir que alimentos saudáveis e com vínculo regional, produzidos diretamente pela agricultura familiar, possam ser consumidos diariamente pelos alunos da rede pública de todo o Brasil. O PNAE representa uma importante conquista no que se refere às iniciativas de compras públicas sustentáveis articuladas ao fortalecimento da agricultura familiar, criando mecanismos de gestão para a compra direta do agricultor familiar cadastrado, com dispensa de licitação, democratizando e descentralizando as compras públicas, criando mercado para os pequenos produtores, dinamizando a economia local e seguindo em direção ao fornecimento de uma alimentação mais adequada. (FNDE, 2016)

A aquisição dos alimentos poderá ser realizada dispensando-se o procedimento licitatório, desde que os preços sejam compatíveis com os vigentes no mercado local e os alimentos atendam às exigências do controle de qualidade estabelecidas pelas normas que regulamentam a matéria. O programa incorpora, assim, elementos relacionados à produção, acesso e consumo, com o objetivo de, simultaneamente, oferecer alimentação saudável aos alunos de escolas públicas de educação básica do Brasil e estimular a agricultura familiar nacional.

Na hora de selecionar quem entregará os produtos as unidades executoras devem levar em conta os seguintes critérios de seleção: primeiro os projetos locais,

que são aqueles de agricultores familiares ou de suas organizações com sede no próprio município em que se localizam as escolas, com preferência para grupos formais; segundo projetos do território rural; terceiro projetos do estado; e por último projetos do país. Esta priorização auxilia no desenvolvimento da agricultura local, de forma a abranger o maior número de agricultores locais.

Principais mudanças que ocorreram no programa do PNAE para ampliar as vendas dos agricultores familiares foram em 2013 quando a venda por DAP civil passou de nove mil reais ao ano para vinte mil reais ao ano, venda total para o PNAE. E depois em 2015 quando os vinte mil reais ficaram definidos por entidade executora, ou seja, pode vender mais que vinte mil reais ao ano se participar de entidades executoras diferentes.

Confira no quadro abaixo alguns apontamentos sobre a evolução do PNAE até os dias atuais.

Quadro 1- Evolução histórica do PNAE

ANO/DÉCADA	GOVERNO	ACONTECIMENTO	LEGISLAÇÃO
1930	Getúlio Vargas Governo Provisório	Golpe de 1930. Inquéritos nutricionais feitos por Josué de Castro - reconhecimento do problema de saúde pública no Brasil. Primeiras ações governamentais direcionadas à alimentação e nutrição no Brasil	-
1940	Getúlio Vargas Estado Novo	Embrião do atual PNAE. Instituto Nacional de Nutrição defendia a proposta de o Governo Federal oferecer alimentação ao escolar.	-
1950	Eurico Gaspar Dutra	Plano Nacional de Alimentação e Nutrição no interior do qual se estruturou o Programa Merenda Escolar.	-
1955	João Café Filho	Instituição da Campanha de Merenda Escolar.	Decreto n. 37106 de

		Distribuição de gêneros para municípios carentes, através de recursos principalmente de organismos internacionais.	31 de março de 1955
1956	João Café Filho	Passou a se denominar Campanha Nacional de Merenda Escolar (CNME), com a intenção de promover o atendimento em âmbito nacional.	Decreto n. 39.007 de 11 de abril de 1956
1965	Humberto de Alencar Castelo Branco	Altera-se o nome para Campanha Nacional de Alimentação Escolar (CNAE). Surgem diversos programas de ajuda americana: Programa Alimentos para a Paz, financiado pela USAID; o Programa de Alimentos para o Desenvolvimento, voltado ao atendimento das populações carentes e à alimentação de crianças em idade escolar; e o Programa Mundial de Alimentos, da FAO/ONU.	Decreto n. 56.886 de 20 de setembro de 1965
1979	João Batista Figueiredo	Passou a denominar-se Programa Nacional de Alimentação Escola	-
1988	José Sarney	Promulgação da Constituição Federal. Artigo 208 - Assegura-se o direito à educação, efetivado através do atendimento à alimentação escolar.	Constituição da República Federativa do Brasil de 1988
1993	Itamar Franco	Até esse ano a execução do PNAE era centralizada: órgão gerenciador planejava os cardápios, adquiria os gêneros, fazia controle de qualidade e distribuía os alimentos em todo o território nacional.	-
1994	Itamar	Administração da alimentação	Lei n. 8.913 de

	Franco	<p>escolar é descentralizada, fortalecendo a autonomia dos Estados, Municípios e Distrito Federal.</p> <p>Incentivo à inserção da pequena empresa, da agricultura e pecuária local, da utilização de alimentos básicos, in natura e regionais.</p>	12 de julho de 1994.
1998	Fernando Henrique Cardoso	<p>PNAE passa a ser gerenciado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.</p> <p>Início da descentralização dos recursos por meio de transferência automática.</p>	<p>Lei n. 9649 de 27 de maio de 1998.</p> <p>Medida Provisória n. 1.784, de 14 de dezembro de 1998</p>
2000	Fernando Henrique Cardoso	Reformulação da Composição dos Conselhos de Alimentação Escolar.	Medida Provisória 1979-19 de 02 de junho de 2000
2001	Fernando Henrique Cardoso	Institui-se a obrigatoriedade de que 70% dos recursos transferidos pelo governo federal fossem aplicados exclusivamente em produtos básicos, fortalecendo o respeito aos hábitos alimentares regionais e à vocação agrícola do município, fomentando o desenvolvimento da economia local.	Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de Agosto de 2001
2005	Luis Inácio Lula da Silva	Publicação da Resolução do Conselho Federal de Nutricionistas que dispõe sobre as atribuições do nutricionista no âmbito do programa de alimentação escolar.	Resolução CFN n. 358 de 18 de maio de 2005
2006	Luis Inácio Lula da Silva	Portaria Interministerial para promoção da Alimentação Saudável nas escolas e institui os Centros Colaboradores em Alimentação e Nutrição do Escolar (CECANEs).	<p>Portaria Interministerial n. 1010 de 8/5/2006.</p> <p>Lei n. 11346 de 15/9/2006.</p>

		Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional que define como dever do poder público o direito humano à alimentação adequada.	
2009	Luis Inácio Lula da Silva	Política Nacional de Alimentação Escolar. No mínimo 30% dos recursos financeiros repassados pelo FNDE devem ser utilizados na compra de gêneros alimentícios da agricultura familiar e de empreendimentos familiares rurais. Incluído o atendimento aos alunos do Ensino Médio, da Educação de Jovens e Adultos, do Programa Mais Educação, do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e das escolas filantrópicas, comunitárias e confessionais.	Lei n. 11947 de 16 de junho de 2009 Resolução CD/FNDE n. 38 de 16 de julho de 2009
		Ampliação do atendimento dos programas suplementares da educação par toda educação básica.	Emenda Constitucional n. 59 de 11 de novembro de 2009
2010	Luis Inácio Lula da Silva	Direito à alimentação presente como direito social na Constituição Federal. Reformulação da Resolução do Conselho Federal de Nutricionistas dispendo sobre as atribuições desse profissional e os parâmetros numéricos a serem atendidos no âmbito do programa de alimentação escolar.	Emenda Constitucional n.64 de 2010 Resolução CFN n. 465 de 23 de agosto de 2010
		Instituição do Comitê Gestor do PNAE, formado por representantes	Portaria Interministerial

		de Governo e instituição do Grupo Consultivo formado por representantes da sociedade civil.	n. 450 de 29 de outubro de 2010
2013	Dilma Rousseff	Principal mudança alteração do limite individual para vinte mil reais por ano DAP civil	Resolução CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013
2015	Dilma Rousseff	A partir desta o limite individual ficou em vinte mil reais por entidade executora. Para grupo formal deixou de ser necessário informar os agricultores no projeto de vendas.	Resolução CD/FNDE nº 04, de 2 de abril de 2015

FONTE: PEIXINHO et al., 2014 e complementado pela autora

No quadro é possível analisar o avanço gradativo da lei do PNAE, desde 1930 com Getúlio Vargas com ações governamentais iniciais direcionadas à alimentação e nutrição no Brasil, até conseguir criar a lei e depois destinar parte da compra deste alimento para os agricultores familiares, reforçando assim a região onde se localiza as escolas, além de proporcionar produtos mais saudáveis para os alunos.

2.3 COOPERATIVISMO

Na agricultura e pecuária, os produtores participam de um contexto em que há grande necessidade de seus produtos (RODRIGUES, 2005). Mas se eles não estiverem organizados, poderão perder oportunidades de crescimento e desenvolvimento.

Através da cooperação, os agricultores podem realizar economias de escala na aquisição de insumos agrícolas, melhorar seus padrões de produção e comercialização, buscar acesso ao crédito, transporte, serviços profissionais e, além disso, criar emprego e proporcionar desenvolvimento socioeconômico. (ZARAFSHANI et al., 2010)

Desta forma, se percebe que a cooperativa é uma das soluções para o crescimento e desenvolvimento da atividade de pequenos grupos. Juntos os cooperados podem operar como num sistema diferenciado com preços justos de compra e venda, afastando ou disciplinando a presença de atravessadores e criando a consciência de grupo.

Segundo Martínez e Pires (2002), as cooperativas trazem consigo alterações na geopolítica econômica da sociedade contemporânea, através de suas organizações de produção e comercialização, e contribuem para a potencialização das localidades onde estão inseridas, principalmente dentro da perspectiva de desenvolvimento local.

Nesse contexto, surge o pequeno agricultor familiar, na busca por fortalecer sua atividade produtiva, através do ingresso em associações e cooperativas. Uma vez que essa alternativa apresenta benefícios potenciais, como: o acesso a novas tecnologias, crédito, oportunidade de ingresso em mercados mais competitivos, vantagens fiscais, dentre outros. (ANDRADE E ALVES, 2013)

Temos assim, em primeiro lugar, o conceito de cooperativismo da própria Aliança Cooperativa Internacional, definido pelo cooperativismo mundial no Congresso de Manchester em setembro de 1995: “Cooperativa é uma associação autônoma de pessoas que se unem voluntariamente para satisfazer aspirações e necessidades econômicas, sociais e culturais comuns, por meio de uma empresa de propriedade coletiva e democraticamente gerida.”

Conforme escrevem Schneider, Hedges e Silva (2010) a cooperativa nasce da solidariedade, buscando realizar o bem comum. Diferentemente de outras associações e organizações, o seu principal objetivo é a melhoria das pessoas que a compõem, na busca da satisfação de suas necessidades materiais e humanas básicas. Desta forma a cooperativa é uma estrutura em condições de combinar aspectos econômicos e sociais, sem recorrer à exploração das pessoas e à maximização do lucro. A cooperativa tem como diferencial empenhar-se na realização de um duplo objeto: a busca da eficiência social e da eficiência econômica.

No Brasil existem cooperativas em 13 setores da economia. Todas representadas pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) nacionalmente e pelas organizações estaduais. Para melhor cumprir sua função de entidade representativa do cooperativismo brasileiro, a OCB estabeleceu os ramos do cooperativismo baseados nas diferentes áreas em que o movimento atua, as atuais denominações dos ramos foram aprovadas pelo Conselho Diretor da OCB, em 4 de maio de 1993. A divisão também facilita a organização vertical das cooperativas em confederações, federações e centrais. As divisões são: Agropecuário; Consumo;

Crédito; Educacional; Especial; Habitacional; Infraestrutura; Mineral; Produção; Saúde; Trabalho; Transporte; Turismo e Lazer. (OCB/RR, 2018)

O movimento cooperativista brasileiro tem nas sociedades de produção agropecuária e agrícola sua principal força econômica e política. Para Pinho (2004), o ramo do cooperativismo mais bem estruturado é o agrícola, graças ao crescimento do potencial agrícola internacional. Em função da globalização, do aumento crescente da competição internacional e do protecionismo agrícola dos países desenvolvidos, as cooperativas agrícolas têm sido pressionadas a buscar soluções que garantam a competitividade e sustentabilidade da agricultura e da própria cooperativa.

Segundo Guasselli (2002), as cooperativas agrícolas funcionam como instituições de comercialização de produtos de seus cooperados, assistência técnica e revenda de insumos.

Nas cooperativas não é apenas a economia no seu conceito formal que predomina, também existe a economia substantiva. A diferença entre estes diferentes tipos está em que na economia formal de maneira geral é apenas visto com o aumento de ganho monetário, enquanto na economia substantiva o que se avalia é o ganho de qualidade de vida, que nem sempre é financeiro, reconhece interdependência do homem com a natureza e o contexto. Podemos interpretar a abrangência das formas do processo de satisfação das necessidades humanas dentro de um contexto cultural e histórico, podendo atuar em diferentes formas de interação, tais como: integração, reciprocidade, redistribuição e troca (mercantil) no reconhecimento desta combinação. (POLANYI, 2000)

2.4 TIPOS DE ECONOMIA

O cooperativismo como uma organização que atua na economia, avaliamos necessário destacar o modelo de economia que articula com este modelo de organização. Bem como os sentidos de resultado ou eficiência que referenciam esta modelo. Segundo Baioto (2018) a organização cooperativa estaria referenciada por uma economia substantiva. Este modelo pode ser entendida como forma do processo se satisfação das necessidades humanas, no contexto cultural e histórico.

Neste sentido, segundo o autor, os sentidos de resultado revistos também são específicos deste modelo, onde a eficiência econômica é considerada no sentido de

prosperidade econômica como sendo apenas um meio para gerar qualidade de vida para as pessoas e não um fim em si mesmo e que nem sempre o aumento monetário de riqueza representa necessariamente melhora na qualidade de vida das pessoas e comunidades. Desta forma, o desafio a ser avaliado é o desenvolvimento de critérios de análise que identifiquem quais os fins a serem gerados e quais os meios mais eficazes para alcançar esses fins.

Por esta análise, a organização cooperativa, incorpora elementos de uma Economia monetizada, mas não mercantil, ou seja, afasta-se do objetivo da realização mútua de interesses, com base no cálculo específico de mercado, com vistas à definição de preço. É a zona de vigência do princípio de redistribuição, a cargo do Estado, com propósitos compensatórios, no sentido de garantir proteção, bem-estar e harmonia social, diante dos efeitos excludentes e destrutivos da economia mercantil, especialmente em função de seu enquadramento pela lógica capitalista. Com finalidade redistributiva ou visando à preservação de vínculos sociais, existem outras iniciativas que refletem os demais princípios econômicos, seja de parte da Economia Social, veiculando a reciprocidade, ou de indivíduos e coletividades variadas, inclusive no seio da economia familiar e comunitária, na qual vigora o princípio da domesticidade. (BAIOTO, 2018)

A Economia não monetizada e não mercantil afasta-se do interesse próprio e da preocupação com o cálculo e a comparabilidade de valores, por isso não se desenvolve em bases monetárias. Predomina em iniciativas que veiculam os princípios de reciprocidade e de domesticidade, mas ambos, como vimos, podem ter na moeda um regulador de valor; às vezes, precisamente, outorgando-lhe um sentido não mercantil, seguramente não capitalista. A economia não monetária prevalece na família e em suas formas estendidas, podendo-se plasmar-se na vida comunitária e em outros agrupamentos, orientados por relações de comensalidade ou de cooperação. (BAIOTO, 2018)

Podemos considerar que a pluralidade das interações econômicas vai além do que é determinado no modelo de economia de mercado, e que a relação dos agentes econômicos é mais rica e diversificada do que as relações limitadas dentro das referências do utilitarismo.

Ficam, assim, evidenciadas as múltiplas formas de interações socioeconômicas e seu potencial para gerar resultados de uma economia mais substantiva, que reconheça a qualidade da vida das pessoas como a principal

referência de resultado. Neste sentido, o agir econômico da organização cooperativa, atua em um sentido próprio de resultado independentemente do modelo econômico.

3 METODOLOGIA

3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

A pesquisa a ser realizada será qualitativa, pois tem como objetivo compreender como a CAAF impacta a vida de seus cooperados, ou seja, buscando uma profunda compreensão da cooperativa e seus impactos, e por o pesquisador estar inserido neste ambiente não conseguirá ser imparcial, não se busca quantificar dados, mas sim analisar os impactos da CAAF.

Entende-se que a pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc. Assim, os pesquisadores qualitativos recusam o modelo positivista aplicado ao estudo da vida social, uma vez que o pesquisador não pode fazer julgamentos nem permitir que seus preconceitos e crenças contaminem a pesquisa (GOLDENBERG, 1997).

Os pesquisadores que utilizam os métodos qualitativos buscam explicar o porquê das coisas, exprimindo o que convém ser feito, mas não quantificam os valores e as trocas simbólicas nem se submetem à prova de fatos, pois os dados analisados são não-métricos e se valem de diferentes abordagens.

Na pesquisa qualitativa, o cientista é ao mesmo tempo o sujeito e o objeto de suas pesquisas. O desenvolvimento da pesquisa é imprevisível. O conhecimento do pesquisador é parcial e limitado. O objetivo da amostra é de produzir informações aprofundadas e ilustrativas: seja ela pequena ou grande, o que importa é que ela seja capaz de produzir novas informações. (DESLAURIERS, 1991, p.58)

A pesquisa qualitativa preocupa-se, portanto, com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais. Para Minayo (2001), a pesquisa qualitativa trabalha como universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. Aplicada inicialmente em estudos de Antropologia e Sociologia, como contraponto à pesquisa quantitativa dominante, tem alargado seu campo de atuação a áreas como a Psicologia e a Educação.

A abordagem de pesquisa escolhida para este estudo é a pesquisa exploratória. Para Gil (2007) este tipo de pesquisa tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. A grande maioria dessas pesquisas envolve: levantamento bibliográfico; entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e análise de exemplos que estimulem a compreensão e complementa que essas pesquisas podem ser classificadas como: pesquisa bibliográfica e estudo de caso.

Para conhecer melhor o problema levantado a estratégia de pesquisa será exploratória.

Aqui será utilizado o estudo de caso para estudar a CAAF e seus cooperados.

Um estudo de caso pode ser caracterizado como um estudo de uma entidade bem definida como um programa, uma instituição, um sistema educativo, uma pessoa, ou uma unidade social. Visa conhecer em profundidade o como e o porquê de uma determinada situação que se supõe ser única em muitos aspectos, procurando descobrir o que há nela de mais essencial e característico. O pesquisador não pretende intervir sobre o objeto a ser estudado, mas revelá-lo tal como ele o percebe. O estudo de caso pode decorrer de acordo com uma perspectiva interpretativa, que procura compreender como é o mundo do ponto de vista dos participantes, ou uma perspectiva pragmática, que visa simplesmente apresentar uma perspectiva global, tanto quanto possível completa e coerente, do objeto de estudo do ponto de vista do investigador. (FONSECA, 2002, p. 33)

E por se tratar de uma entidade bem definida, para conhecê-la profundamente e para responder a questão problema, que o método escolhido é o estudo de caso.

3.2 UNIDADE DE ANÁLISE E SUJEITOS DA PESQUISA

A unidade de caso será a Cooperativa de Agricultores e Agroindústrias Familiares de Caxias do Sul - CAAF, uma cooperativa com 254 cooperados, localizada na Serra Gaúcha. Buscando compreender que impactos ela teve sobre seus cooperados, os sujeitos desta pesquisa serão quatro dos primeiros associados e dois associados com menos de dois anos de associação, para que desta forma se possa compreender se o impacto é o mesmo do começo.

3.3 TÉCNICA DE COLETA DE DADOS

A técnica de coleta de dados será por entrevista semiestruturada, análise de documentos e pesquisa bibliográfica.

A entrevista constitui uma técnica alternativa para se coletarem dados não documentados sobre determinado tema. É uma técnica de interação social, uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca obter dados, e a outra se apresenta como fonte de informação. A entrevista pode ter caráter exploratório ou ser uma coleta de informações. A de caráter exploratório é relativamente estruturada; já a de coleta de informações é altamente estruturada. (GERHARDT; RAMOS, 2009)

Segundo Gerhardt e Ramos (2009) na entrevista semiestruturada o pesquisador organiza um conjunto de questões, um roteiro, sobre o tema que está sendo estudado, mas permite que o entrevistado fale livremente sobre assuntos que vão surgindo como desdobramentos do tema principal.

Será utilizada a entrevista semiestruturada para que o entrevistador, tenha um roteiro, mas que possa falar livremente sobre assuntos que irão surgindo durante a pesquisa.

Também será utilizada pesquisa documental na qual serão analisados documentos privados da cooperativa, como ata de constituição, estatuto.

A pesquisa documental é aquela realizada a partir de documentos, contemporâneos ou retrospectivos, considerados cientificamente autênticos (não-fraudados), tem sido largamente utilizada nas ciências sociais, na investigação histórica, a fim de descrever/comparar fatos sociais, estabelecendo suas características ou tendências. (GERHARDT; RAMOS, 2009)

Além da pesquisa documental será utilizada a pesquisa bibliográfica. A pesquisa bibliográfica fundamenta-se em fontes bibliográficas; ou seja, os dados são obtidos a partir de fontes escritas, portanto, de uma modalidade específica de documentos, que são obras escritas, impressas em editoras, comercializadas em livrarias e classificadas em bibliotecas. (GERHARDT; RAMOS, 2009)

3.4 TÉCNICA DE ANÁLISE DE DADOS

A técnica de análise utilizada será a análise de conteúdos. Segundo Bardin (1979, p. 42), ela representa um conjunto de técnicas de análise das comunicações que visam a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção e recepção dessas mensagens.

Do ponto de vista operacional, a análise de conteúdo inicia pela leitura das falas, realizada por meio das transcrições de entrevistas, depoimentos e documentos. (MINAYO, 2007).

Recuperando a perspectiva histórica, sabe-se que a maioria dos imigrantes italianos que chegaram à região no fim do século XIX era de agricultores. Entretanto a bibliografia salienta que muitos deles já traziam ofícios que haviam aprendido na Itália. A diversidade de conhecimentos artesanais permitiu, então, que as colônias se desenvolvessem rapidamente, apesar da distância da Capital e do relativo isolamento inicial, agravado pelas dificuldades de transporte em função do relevo acidentado. (BREITBACH, 2002)

Embora com a maior produção de uvas do Brasil está na Serra Gaúcha, os municípios da desta região não se especializaram apenas nessa cultura, apresentando considerável dinamismo em culturas de subsistência e na produção hortifrutigranjeira para o mercado. A diversificação está presente na atividade agrícola da região. (BREITBACH, 2002)

E são as cooperativas que desempenham papel primordial também nas localidades onde atuam, já que distribuem de forma igual o seu excedente próprio local/região onde seus reais donos vivem, onde têm suas raízes e realizam a maior parte das suas ações e vivências, dividindo dessa forma a riqueza produzida, em vez de concentrar o excedente nas mãos de poucos ou de regiões geográfica e economicamente privilegiadas.

A CAAF está localizada, na Serra Gaúcha, mais precisamente na cidade de Caxias do Sul, a maior produtora de hortifrutigranjeiros do Rio Grande do Sul, conforme Mugnol (2014):

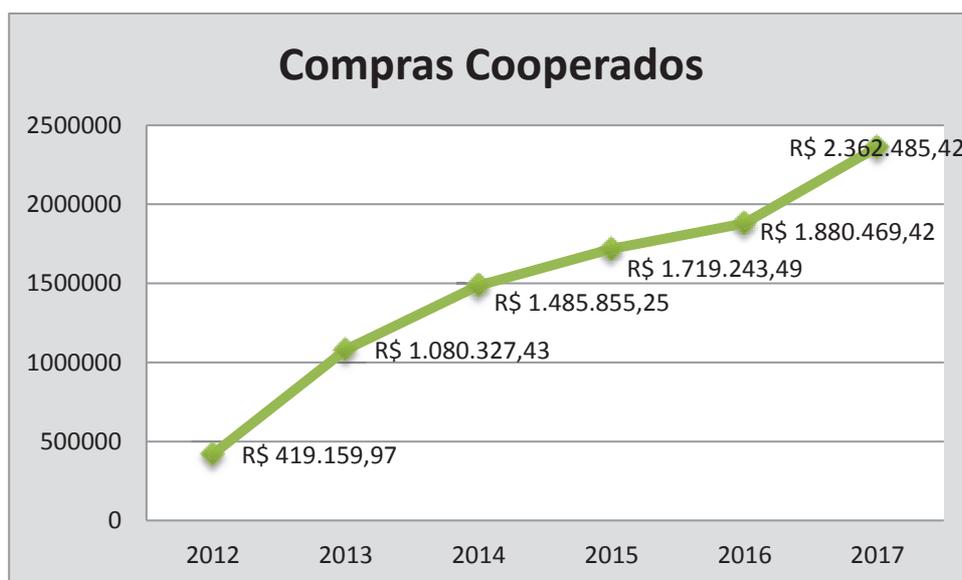
Conforme o último levantamento da Secretaria de Agricultura de Caxias, são produzidas 300 mil toneladas por hectares das principais culturas. De um total de 9,2 mil hectares, o predomínio no

plântio de frutas é de uvas e maçãs, enquanto que no de hortaliças, cenouras e tomates. A cidade conta com 4 mil produtores.

A maçã e o tomate, são os principais produtos que a CAAF comercializa, além de uma grande variedade de hortaliças, legumes e frutas, ainda conta com mix de produtos de agroindústrias. Em Caxias do Sul é a única cooperativa no ramo dos hortifrutigranjeiros. (Sescoop – RS, 2018)

E é com este variável mix de produtos e sempre em busca de novos mercados para colocar os produtos de seus associados que a CAAF vem crescendo todo o ano, trazendo mais renda para a região, abaixo um gráfico com a evolução da compra de produtos, somente de cooperados, valor este que retorna diretamente ao cooperado que comercializa seus produtos na cooperativa.

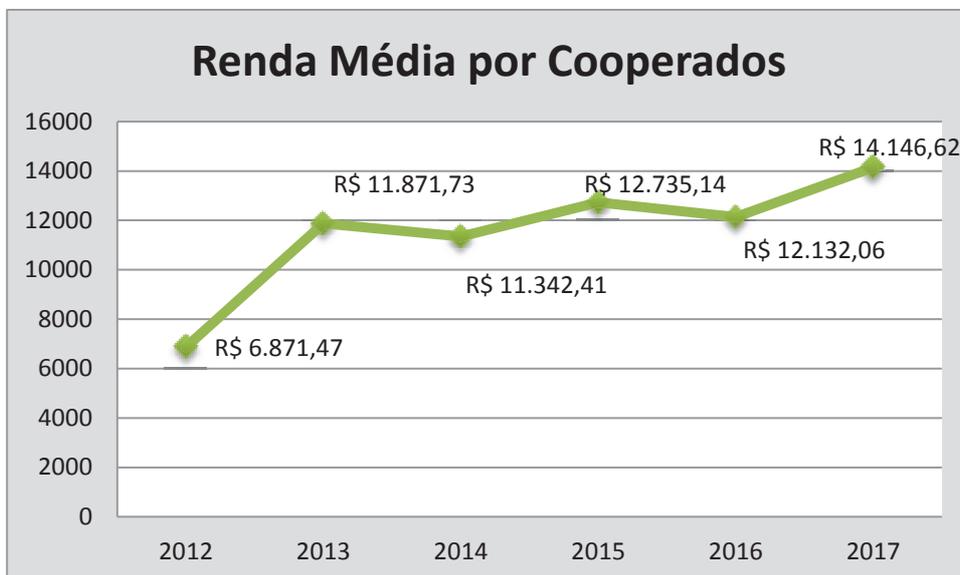
Gráfico 1 - Compras cooperados



FONTE: Desenvolvido pela autora, com dados do sistema de gestão da CAAF

A renda média por cooperado varia um pouco, pois dependendo da produção do cooperado e demanda da cooperativa alguns acabem vendendo mais que outros, mas sempre fazer uma divisão justa dos produtos. E, além disto, todo o ano se associam novos agricultores familiares e nem sempre começam vendendo quantidades grandes de produtos. Abaixo gráfico com a renda média por associado.

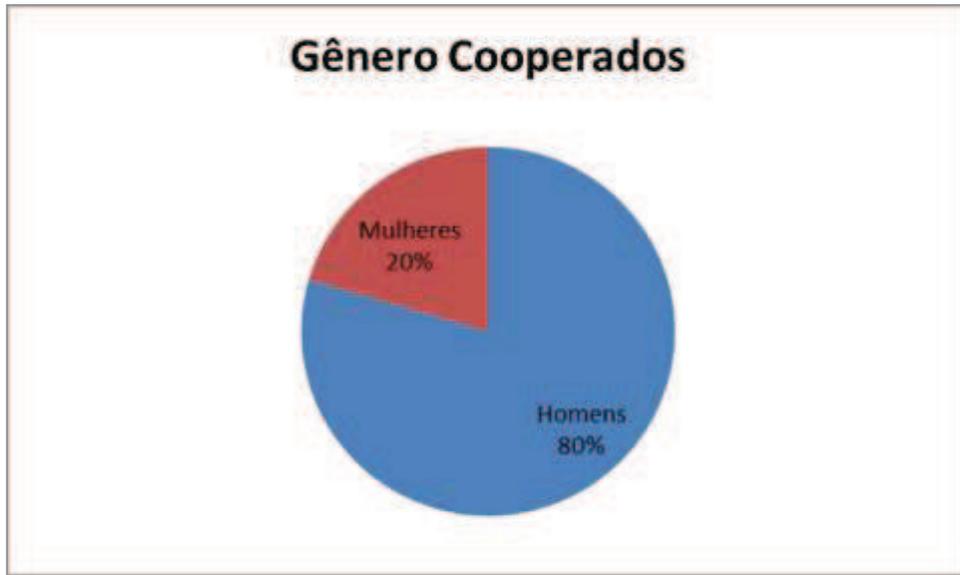
Gráfico 2 - Renda média por cooperados



FONTE: Desenvolvido pela autora, com dados do sistema de gestão da CAAF

Considerando que em 2013 eram 91 sócios ativos e 2014 eram 131 ativos, houve um salto grande, por isso houve uma pequena redução da rentabilidade média por sócio. O que não ocorreu de 2014 para 2015, onde a diferença foi somente de quatro cooperados, de 131 para 135. De 2015 para 2016 houve outro pequeno salto de 135 para 155. Já de 2016 para 2017 também houve um aumento de sócios de 155 para 167, mas pelo faturamento em 2017 ter sido bem superior que os anteriores a diferença não se sentiu.

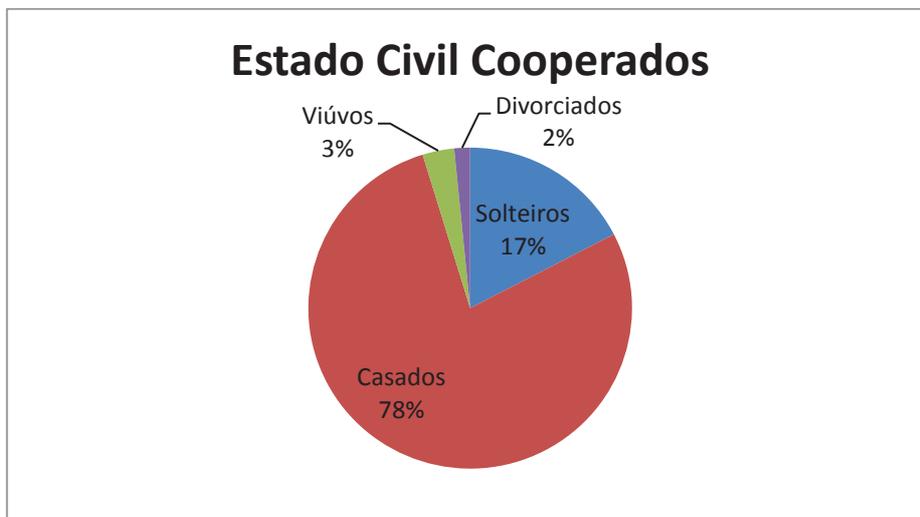
Gráfico 3 - Gênero Cooperados



FONTE: Desenvolvido pela autora, com dados do sistema de gestão da CAAF

Do total do quadro social da CAAF se tem 20% de mulheres, mas é algo que a cooperativa está tentando aumentar, querendo dar mais atenção para as mulheres e estimulando estas a participarem mais da cooperativa. Mas um dos motivos do abaixo número de mulheres cooperadas é porque quem acaba se associando na família é o homem, tanto que conforme o gráfico abaixo 78% dos associados são casados, e destes normalmente a mulher trabalha junto na propriedade.

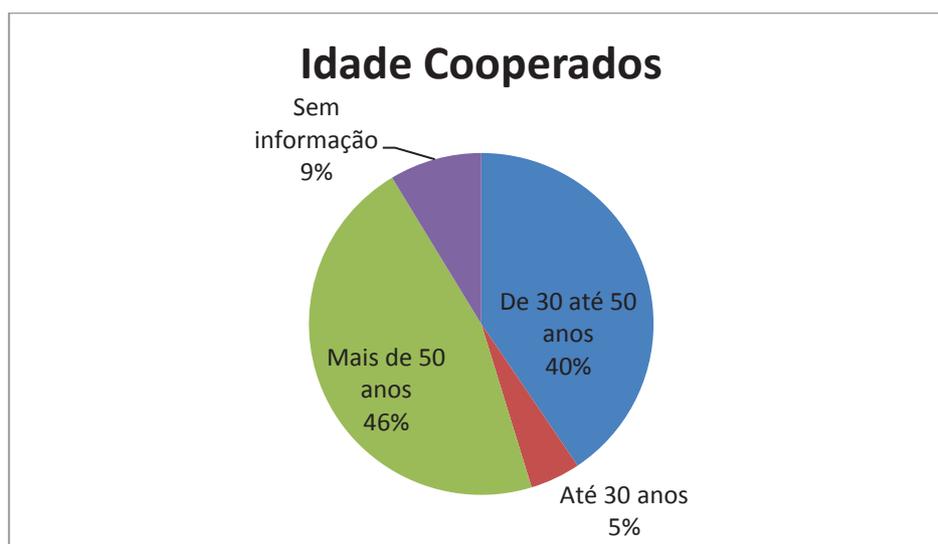
Gráfico 4 - Estado Civil Cooperados



FONTE: Desenvolvido pela autora, com dados do sistema de gestão da CAAF

Um dos problemas enfrentados pela agricultura familiar é a sucessão familiar e este é um problema que a CAAF também pode acabar enfrentado, pois 46% do seu quadro social tem mais de 50 anos, 40 % está entre 30 à 50 anos e apenas 5% são cooperados com menos de 30 anos.

Gráfico 5 - Idade Cooperados



FONTE: Desenvolvido pela autora, com dados do sistema de gestão da CAAF

Segundo Ribeiro, Zambiasi e Sachser (2018) existem diversos fatores determinantes, no processo de sucessão familiar, se destacam aumento do capital das propriedades, a geração de renda satisfatória, condições de trabalho favoráveis. Entre os fatores importantes para continuidade, são os mesmos terem acesso à terra, educação e lazer, assim como, autonomia dentro da propriedade, crédito financeiro, o que tem facilitado mas ainda não é visto como uma possibilidade atrativa.

Muitas vezes, a responsabilidade de gerenciar a propriedade chega tarde, e os jovens acabam não recebendo instruções de como lidar com a propriedade durante a sua formação e, sem esse estímulo, a sucessão não acontece, acarretando na falta de preparo e na perda do interesse pela vida no campo. (Geração Cooperação, 2018)

Assim esta é uma preocupação que a CAAF precisa começar a pensar em maneira para minimizar um impacto futuro. Atualmente a cooperativa não está fazendo nada efetivo para resolver a sucessão familiar e nem manter o jovem no

campo, a única ação que faz é manter parceria com a Escola Família Agrícola da Serra Gaúcha (EFASERRA), localizada no interior de Caxias do Sul.

A EFASERRA foi fundada em 2015, e abriu perspectivas para jovens agricultores e famílias da região ao proporcionar formação técnica por meio da Pedagogia da Alternância, metodologia que concilia conhecimentos técnicos agrícolas e atividades práticas em propriedades rurais, onde os jovens ficam uma semana na escola e uma semana em casa. Às vezes também vão para casa em dupla, para que possam viver experiências diferentes e trocar vivências. A entidade abriga hoje 80 jovens entre 13 e 17 anos. Para estudar na EFASERRA, é exigido que o jovem seja filho de agricultores. “Nosso objetivo é oferecer uma educação e uma formação ampla para que a juventude permaneça na agricultura”. (ARAÚJO, 2018)

A CAAF tem dois alunos da EFASERRA como cooperados e possibilita, para interessados, a oportunidade de estágio, mas ainda não houve nenhum aluno como estagiário.

A cooperativa sabe da importância do jovem continuar no campo, e da importância da cooperativa neste assunto, mas ainda não conseguiu criar ações eficazes para que haja redução do êxodo rural das famílias dos seus cooperados.

Como escrevem Ribeiro, Zambiasi e Sachser (2018) dentre as diferentes atuações das cooperativas está a de colaborar para que os jovens continuem no campo. As formações de educação cooperativa trabalhando no ambiente familiar podem proporcionar o desenvolvimento das propriedades, impulsionar ainda mais o trabalho cooperativo, multiplicando lideranças entre os envolvidos e planejando o futuro da cooperativa de forma coletiva. As cooperativas exercem influência direta sobre as propriedades familiares associadas, são qualificadas como uma extensão da propriedade do associado, contam com atuações, que vão muito além dos aspectos econômicos e produtivos. A interação com os associados através de formação e informação são características que dão as cooperativas a possibilidade de influenciar a permanência de um sucessor na propriedade rural.

Uma forma de manter o jovem no campo é mostrar sua importância no meio em que vive que ele permanecendo no campo é essencial para a sociedade. Como o Geração Cooperação (2018) corrobora:

[...] quase 70% dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros vêm da agricultura familiar. Sem o pessoal do campo, a cidade não teria como se alimentar. Se todo mundo da zona rural resolvesse sair do campo e migrar para a cidade grande, não teríamos mais alimentos na mesa. Reconhecer a importância da agricultura também é fundamental para que a sucessão rural aconteça.

De acordo com Ribeiro, Zambiasi e Sachser (2018) as cooperativas têm muito a se preocupar com a sucessão familiar, pois se esta não acontecer, com o tempo irá reduzir a quantidade cooperados, ligados à produção no meio rural, assim diminuindo também as atividades da cooperativa. E pela quantidade de cooperados acima dos 50 anos a CAAF precisa se preocupar com o seu futuro.

Algumas ações que as cooperativas podem desenvolver para ajudar a manter o jovem no campo, segundo Spanevello, Drebes e Lago (2011) são: foco familiar, que visam maior participação dos membros na atividade; formação socioeconômica produtiva; formação técnica/profissional; ações que visam a valorização do meio rural, da ocupação de agricultor e das pequenas propriedades rurais; fomento a diversificação produtiva; ações organizativas e educacionais; e focadas no lazer, integração e qualidade de vida. Além de prestação de serviço de assistência técnica, assistência econômica, difusão tecnológica, elaboração de projetos para a solicitação de crédito, programa biodiesel, e internet aos jovens associados, para que os mesmos possam utilizá-la em suas propriedades. Além de oferta e auxílio de bolsas de estudos para filhos de associados, para conquistarem uma formação, e dar melhor continuidade para os trabalhos da propriedade. É importante que nestes programas de atuação, a cooperativas tenha o cuidado de oportunizar ao pai e ao filho, para que se estabeleça o diálogo entre eles quanto às mudanças a serem feitas na propriedade, em trabalhos conjuntos que não gerem conflitos.

Dentre os benefícios para os jovens que se desafiarem a serem empreendedores rurais, destacam-se, o apego e amor a terra, custo de vida mais barato como os mesmos produzem seus alimentos por meio da agricultura familiar, com melhor qualidade de vida, um lugar mais seguro, com tradição e cultura, e ainda tem possibilidade de estar mais próximo a família, com melhor remuneração, além de ser dono de seu próprio negócio. (RIBEIRO, ZAMBIASI E SACHSER, 2018)

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Com o desenvolvimento da pesquisa oportunizou-se o descobrimento de diversas realidades perante o tema escolhido. Foi possível entender inúmeras ocasiões, caminhos diferentes que, porém, assimilavam as mesmas notoriedades sobre o impacto do cooperativismo na vida dos cooperados entrevistados.

No cenário proposto levantaram-se inúmeras questões sobre a vida do sócio pós-cooperativa, onde se pode entender o que a associação na CAAF trouxe para a vida de cada cooperado entrevistado.

Foram entrevistados quatro cooperados que estiveram presente na cooperativa desde a fundação da CAAF, foram sócios primeiramente da associação que originou a cooperativa; um cooperado com dois anos de associação e um cooperado com onze meses de associação.

As entrevistas demonstraram que em cada propriedade trabalham até cinco pessoas. Na propriedade do entrevistado A tem três membros na família que trabalham na propriedade como agricultores e a sogra trabalha em casa na preparação da comida. É a primeira geração a ser associar na CAAF. Na propriedade do entrevistado B, são cinco pessoas que trabalham, e ele e o pai são sócios fundadores da CAAF. Já na propriedade do entrevistado C é ele sozinho que trabalha na propriedade e é a primeira geração sócia da cooperativa. O entrevistado D possui quatro pessoas trabalhando na propriedade, ele e o pai são sócios desde a fundação da CAAF. Enquanto os entrevistados E e F possuem duas pessoas trabalhando na propriedade, sendo que o entrevistado E é a primeira geração a se associar e o entrevistado F já é a segunda geração à associar-se na cooperativa.

Os entrevistados A e D antes de vender na CAAF vendiam principalmente para mercados da região, o entrevistado D ainda vendia em CEASAS quando havia muito excedente de produção. Também vendem em CEASAS os entrevistados B, C e F, sendo que os entrevistados B e C vendem também para feiras da cidade de Caxias do Sul, o entrevista F vendia apenas para o CEASA de Porto Alegre, mas reclama do alto custo envolvido que era vender, perdia boa parte do lucro apenas nas despesas de venda. Já o entrevistado E vendia a produção toda para atravessadores, este reclama do baixo valor que recebia pelo seu produto.

Sobre conhecer cooperativas antes da CAAF os entrevistados A e F disseram que não tinham nenhum conhecimento sobre outras cooperativas, só conheceram a

CAAF. Os entrevistados C e D disseram que já chegaram a entregar produtos para outras cooperativas, mas não eram quantidades significativas da produção, e não chegaram a se associar, o entrevistado D até disse que foi em algumas reuniões para se associar, mas decidiu por não associar-se, porque não tinha muita confiança. O entrevistado E disse que conhecia cooperativa pelo pai dele que havia sido sócio de uma, que acabou quebrando por má gestão e com isso tinha bastante receio do cooperativismo. O entrevistado B disse que já havia ouvido falar, mas não sabia como funcionava, segundo as suas palavras *“Se ouvia falar, mas não era muito bom o que se escutava. Sabia o que era, mas não como funcionava.”*.

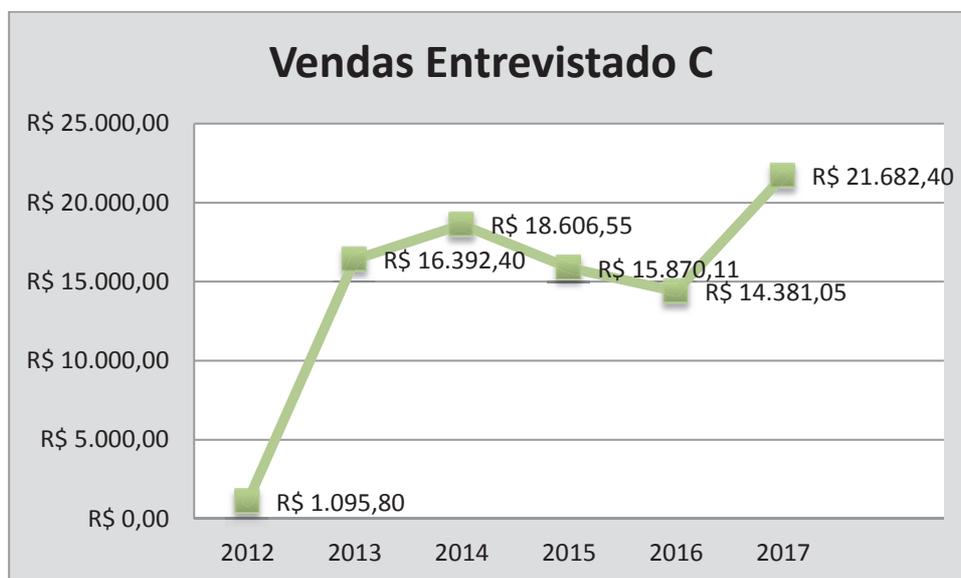
O conhecimento sobre a CAAF dos entrevistados A, B, C e D se deu praticamente da mesma forma, eles foram convidados por uma pessoa que ficou sabendo da lei do PNAE e que não havia ninguém organizado para atender as escolas de Caxias do Sul, assim decidiu convidar um grupo de agricultores para começar a atender estas escolas, assim estes entrevistados foram convidados inicialmente para uma reunião para discutirem como poderiam se organizar, conforme as palavras do entrevistado B: *“Saiu de uma reunião, daquilo decidiram fazer um grupo para trabalhar junto, inicialmente foi feito uma associação e dessa associação foi criada a CAAF”*. E assim começaram a base para a fundação da CAAF, os entrevistados A e C contam que primeiro entregavam em apenas uma escola, assim cada agricultor acabava entregando um quilo ou dois de produtos. O entrevistado D foi convidado ainda para ser o presidente da associação e depois foi o primeiro presidente da CAAF. Já o entrevistado E disse que soube da CAAF de conhecidos que já eram sócios, e incentivavam-no a ir conhecer e se associar, mas com receio do que conhecia do cooperativismo ficou um ano adiando a visita, mas acabou indo conhecer e decidiu arriscar para ver o que poderia acontecer, até agora não se arrependeu, bem pelo contrário está muito feliz por ter se associado. O entrevistado F ficou conhecendo a CAAF por causa do pai que era sócio e por indicação deste às vezes entregavam produtos que a CAAF não conseguia com nenhum outro cooperado.

Na sequência da entrevista perguntou-se sobre a decisão de associar-se e a expectativa inicial. O entrevistado A associou-se porque confiava na pessoa que fez o convite inicial, não tinha nenhuma expectativa de que as vendas para a escola daria certo e muito menos que algum dia se formaria uma cooperativa e que esta poderia crescer. Já o entrevistado B decidiu se juntar aos outros, pois acredita que

juntos se consegue alcançar objetivos, “*Porque um sozinho não faz nada e várias pessoas já se consegue fazer alguma coisa.*”, demonstrando o entendimento sobre a essência do cooperativismo. O entrevistado C decidiu se juntar ao grupo, pois acreditou que as suas vendas iriam crescer e com o tempo e a cooperativa iria crescer e ter um nome conhecido, mas também se associou por influência dos vizinhos, já que eles estavam se associando não queria ficar de fora. Para o entrevistado D achou que as vendas para a alimentação escolar tinham chance de dar certo, era um investimento bom e que na época era inexplorado. Já o entrevistado E associou-se por insistência de pessoas conhecidas que diziam que era bom e que a cooperativa estava crescendo, mas, mesmo assim, com receio, esperando ver o que poderia acontecer. Para o entrevistado F associou-se por ter achado vantajoso entregar os produtos na cooperativa, foi um mercado que surgiu onde as despesas com as vendas eram 13% menor que quando entregava no CEASA, e viu que a cooperativa estava crescendo e quis participar deste crescimento, desta forma crescendo junto com a CAAF.

Sobre a porcentagem das entregas da produção total que são feitas na CAAF o entrevistado A é mais insatisfeito, pois entrega apenas 1% da produção na cooperativa, reclama da pouca venda e que como mora a 54 km da cooperativa é difícil vir entregar quantidades pequenas, assim prefere as entregas com quantidades maiores. Já os entrevistados D e E entregam 90% e 80%, respectivamente, das suas produções, estão bem satisfeitos. Enquanto o entrevistado C também reclama das entregas, este entrega 20 % da produção, e diz que com o aumento do número de sócios as vendas dele caíram bastante, por mais que entenda que a CAAF precisa dividir as compras entre todos os cooperados que tenham os mesmo produtos, diz que em 2014 e 2015 foi quando mais vendeu. Mas analisando o faturamento o pico das vendas ocorreu em 2017, houve uma baixa em 2016, mas não houve mudanças significativas, conforme gráfico abaixo:

Gráfico 6 - Vendas Entrevistado C



FONTE: Desenvolvido pela autora, com dados do sistema de gestão da CAAF

Ainda sobre as entregas para a CAAF o entrevistado B entrega 30% da produção, até diz que poderia entregar mais, mas entende que existe uma divisão de produtos entre os cooperados. Já o entrevistado F diz entregar, no inverno, toda a sua produção para a CAAF, no verão cai um pouco, pois como o principal mercado da cooperativa é a alimentação escolar, no verão existe o período de férias das escolas, e não é possível absorver toda a produção. A CAAF no inverno consegue absorver toda a produção deste cooperado por alguns fatores, primeiro é onde existe uma menor oferta de produtos, muitos cooperados não produzem no inverno, segundo este cooperado procura plantar o que a cooperativa tem menos ofertas, e terceiro é o período onde existem mais mercados ativos.

Em relação ao impacto que a CAAF teve na vida de cada um, segundo a opinião de cada entrevistado, houve respostas bem diferentes. O entrevistado A diz não sentir nenhum impacto da cooperativa na sua vida, o motivo que expõe para isso é que o que vende para a cooperativa não é significativo, e por morar longe acaba não se envolvendo mais com a CAAF, acha que fica complicado, mas espera que suas vendas aumentem. Já o entrevistado B diz que a CAAF teve um impacto positivo na sua renda, principalmente, por não ter que passar seus produtos para atravessadores que pagam um preço inferior, quando perguntado sobre o impacto da cooperativa sua resposta foi: *“Com certeza, tu vender direto sem precisar passar por um atravessador é lucrativo e além de ser uma coisa que você consegue*

programar tua safra. Tu sabe que vai ter uma venda, você começa a deixar pra trás, começa a se programar melhor”, ele fala sobre a programação, porque a CAAF para alguns produtos consegue ter uma previsão do que será comprado e o produtos deste é um destes produtos, assim ele já sabe a quantidade que precisa deixar separado para a CAAF, assim conseguindo programar sua produção e a venda do excedente para outros lugares.

O entrevistado C também reclama da pouca venda e assim diz que a CAAF não tem mais um impacto na sua vida, fala que só tem uma venda boa no verão, gostaria de poder vender mais. Enquanto o entrevistado D está muito contente com a mudança que a cooperativa desempenhou na sua vida, ele e a esposa montaram uma agroindústria, esta com o apoio da CAAF para montar e venda dos produtos. Foi algo que nunca haviam pensado em ter, mas estão muito contentes com os resultados e felizes porque está dando certo. O entrevistado E também está muito feliz com a CAAF, principalmente financeiramente, diz receber o dobro do valor que recebia antes pelo seu produto, já estava decepcionado com a agricultura, e a CAAF melhorou esta visão dando valor devido ao seu produto. Para o entrevistado F foi praticamente da mesma forma, consegue receber um valor melhor, sem as despesas que tinha antes, segundo suas palavras: *“Estava perdendo muito dinheiro, estava quase desistindo de produzir.”* Para este foi importante a CAAF para manter ele e a família na agricultura e ajudar a se manter financeiramente.

Quando perguntados sobre a visão de cada um da CAAF nos últimos anos, e se está atendendo suas expectativas, os entrevistados A e C falaram novamente da pouca venda, o entrevistado C diz que a cooperativa cresceu, principalmente em número de sócios, mas que as suas vendas reduziram. Para os entrevistados B, D, E e F a CAAF cresceu e está dando certo. O entrevistado D diz que está atendendo as expectativas, mas ressalta que sempre haverá mudanças necessárias, as quais são naturais durante o passar dos anos. Para o entrevistado B uma cooperativa de médio porte é mais fácil gerir, segundo suas palavras: *“Acho que uma cooperativa de médio porte funciona melhor, tem medo de como será daqui em diante, a cooperativa começa a tomar proporções que não imagina até onde vai. Se for bem administrada e o grupo for unido, quanto maior melhor, mas não sei como irá se comportar no mercado.”* É preciso um grupo unido para não deixar a cooperativa perder forças. Para o entrevistado F entregar seus produtos na CAAF é um prazer, está gostando muito de ser sócio.

Todos os entrevistados dizem se sentir parte da cooperativa. Mas o entrevistado A ressalta ainda que poderia vender mais, o entrevistado C diz saber que faz parte da cooperativa, mas mais preocupado com a responsabilidade que tem se caso a cooperativa der prejuízo. O entrevistado E também se sente responsável pela cooperativa, mas no sentido de colaborar com a cooperativa, ele é parte do bom andamento da cooperativa, cuidar do que é da cooperativa, como manter as caixas plásticas, em que são vendidos os produtos da CAAF, sempre limpas. Já o entrevistado F ressalta que gosta de participar das palestras que a cooperativa organiza, importante para agregar conhecimento. Os entrevistados B e D ressaltam sobre ser sócio é participar da cooperativa, participar das assembleias, das reuniões. Nas palavras do entrevistado D “[...] *se a gente é associado tem que se sentir parte, senão nem seja sócio.*”

Quando perguntados sobre a vontade de fazerem parte dos conselhos da CAAF os entrevistados A e C disseram não ter vontade, o primeiro por morar longe e o segundo por estar sozinho na propriedade e não ter tempo. Os outros entrevistados se manifestaram a favor, mas os entrevistados E e F por terem menos tempo de cooperativa disseram ter medo de não saber o que fazer, mas fariam parte. Para o entrevistado B acha importante fazer parte, para assim ter um conhecimento melhor do andamento da CAAF, diz ele: *“Agora mais, porque senão fica totalmente fora das ações da cooperativa, claro você vê os resultados nas assembleias, mas estando dentro consegue acompanhar mensalmente o que está acontecendo, o que fica sabendo é o resumo do que aconteceu no ano, lucro, mercados atendidos, mas as coisas mais internas da cooperativa você fica por fora.”*

Sobre o que a CAAF poderia melhorar os entrevistados A e C falaram sobre a compra de produtos, que poderiam vender mais para a cooperativa. O entrevistado B pede mais cuidado com as caixas plásticas da CAAF, ter um controle mais rigoroso nos mercados atendidos para não se perder tantas caixas e ainda ressalta a importância de valorizar os sócios antigos, se houver divergências conversarem para ajustar, pois sente que os sócios mais novos são mais valorizados que os antigos. Para os entrevistados D e F a CAAF poderia ter um agrônomo contratado por ela para dar auxílio para os agricultores associados, pois não possuem este auxílio de nenhum outro lugar. Já para o entrevistado E a cooperativa poderia disponibilizar um curso sobre o manuseio e qualidade de produtos para os associados.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No desenvolvimento do trabalho foi possível analisar como o cooperativismo pode influenciar a vida das pessoas que associam a uma cooperativa, como esta pode ajudar na vida dos seus cooperados, tanto financeiramente como na qualidade de vida.

Na pesquisa pode-se entender que as cooperativas normalmente surgem da dificuldade de uma pessoa sozinha realizar algo, assim se unindo em um grupo consegue a força para conseguir realizar o que deseja e ainda crescer junto ao grupo, cooperando entre as pessoas envolvidas.

Viu-se que para a CAAF não foi diferente, esta se formou quando um agricultor não tinha capacidade de entregar os produtos para a merenda escolar sozinho, tinha dificuldade em atender a variedade de produtos que seriam necessários e também a dificuldade de ir até a escola entregar os produtos e com a união de um grupo de agricultores familiares com o mesmo objetivo conseguiu-se atender inicialmente uma escola e depois crescendo e se organizando conseguiram preparo e força para atender cada vez mais lugares, agora até fora de Caxias do Sul.

Pelas entrevistas realizadas nota-se que quanto mais envolvido o cooperado é no meio e nas atividades, mais mudanças são notadas em sua vida econômica e social.

O cooperativismo ajuda com a parte financeira melhorando no sustento das famílias, mas também junto com isso levanta a autoestima. No caso da CAAF é notável a colaboração direta em manter o agricultor no campo, que acaba tendo uma melhor qualidade de vida, não só pelo ambiente em que vive, mas também pela remuneração justa aplicada aos seus produtos graças ao cooperativismo.

Percebe-se que a CAAF tem muito a melhorar ainda. É necessário tomar cuidado com os sócios mais antigos, pois a partir das entrevistas, ressaltando ainda os fundadores, foram por vezes esquecidos no processo participativo, estando estes preocupados com seu lugar no processo social da fundação da instituição. Os associados mais recentes estão muito mais satisfeitos com a CAAF, pois se sentem partes atuantes de todas as atividades. Pode-se analisar também como está a situação dos associados com mais de quatro ou cinco anos, se estes também tiveram um pico de satisfação e depois se sentiram menos envolvidos.

Algo que os cooperados entrevistados sugeriram que a CAAF poderia realizar como melhoria, seria um curso ou treinamento de manuseio e qualidade dos produtos. Este poderia ser feito tanto para os cooperados como para os funcionários que também manuseiam os alimentos, já que boa parte destes irão para a merenda escolar, estando assim como uma prática positiva para a cooperativa.

O agrônomo que alguns entrevistados comentaram é algo que a CAAF já está pensando em ter a algum tempo, mas ainda não conseguiu efetivar.

Enfim eterniza-se a força que o cooperativismo tem, estando este como transformador de vidas, liberando poder aos pequenos, que juntos podem desenvolver uma região e prosperar gerando renda e empregos.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, M. C.; ALVES, D. C. **Cooperativismo e Agricultura Familiar: um estudo de caso**. Revista de Administração IMED, v. 3, n. 3, p. 194-208, 2013.
- ARAÚJO, Elizângela. **Escola rural de Caxias do Sul (RS) ganha laboratórios e amplia acervo bibliográfico**. 2018. Disponível em: <<https://www.fbb.org.br/pt-br/component/k2/conteudo/novos-laboratorios>>. Acesso em: 08 ago. 2018.
- BAIOTO, Carlos Daniel. **Cultura cooperativista como potencializador de eficiência cooperativista: um estudo de caso da Cooperativa de Crédito Sicredi Pioneira**. 2018. 234 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2018.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Ed. 70, 1979.
- BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Brasília, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm>. Acesso em: 17 jul. 2018.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br>>. Acesso em: 14 abr. 2018.
- BREITBACH, Áurea C. M.. **Sobre o desenvolvimento da região de Caxias do Sul**. Ensaios Fee, Porto Alegre, v. 23, n. , p.421-442, 2002.
- CAAF. **Histórico**. Disponível em: <<http://caaf.agr.br/historico/>>. Acesso em: 31 mar. 2018.
- FNDE, 2015. Fundo Nacional de Desenvolvimento da educação. **Programa de Alimentação Escolar**. Disponível em <www.fnde.gov.br>. Acesso em: 14 abr. 2018.
- FNDE, 2016. Fundo Nacional de Desenvolvimento da educação. **Aquisição de produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar**. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/seguranca_alimentar/compra_institucional/manual_pnae_2_ed_com_anexos.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2018.
- FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.
- GERAÇÃO COOPERAÇÃO. **Zona Rural ou Urbana? Entenda o que Influência a Sucessão e Êxodo Rural**. 2018. Disponível em: <<http://geracaocooperacao.com.br/zona-rural-ou-urbana-entenda-o-que-influencia-a-sucessao-e-o-exodo-rural/>>. Acesso em: 08 ago. 2018.
- GERHARDT, Tatiana Engel; RAMOS, Ieda Cristina Alves (Org.). **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da Ufrgs, 2009.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- _____. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar**. Rio de Janeiro: Record, 1997.

GUASSELLI, Idair Gaudencio Girardi. **Cooperativa como forma de melhor viabilizar os produtores de maçã: um projeto para a região do município de Vacaria / RS**. 2002. 159 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Curso de Mestrado Executivo, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/3694>>. Acesso em: 17 fev. 2018.

KLAES, Luiz Salgado. **Cooperativismo e ensino a distância**. 2005. 270 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/103034/213746.pdf?sequenc e>>. Acesso em: 17 fev. 2018.

MARTÍNEZ, Inmaculada Buendía; PIRES, Maria Luiza Lins e Silva. **Cooperativas e revitalização dos espaços rurais: uma perspectiva empresarial e associativa**. Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v. 19, n. 1, p.99-118, jan./abr. 2002. Disponível em: <<https://seer.sct.embrapa.br/index.php/cct/article/view/8797>>. Acesso em: 17 fev. 2018.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento**. 10. ed. São Paulo: HUCITEC, 2007.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MUGNOL, Bibiana. **Caxias do Sul é a maior produtora de hortigranjeiros e frutas no Rio Grande do Sul**. Zero Hora. Caxias do Sul, 6 nov. 2014. Disponível em: <<http://www.canalrural.com.br/noticias/agricultura/caxias-sul-maior-produtora-hortigranjeiros-frutas-rio-grande-sul-11863>>. Acesso em: 10 jun. 2018

NASCIMENTO, Fernando Rios do. **Cooperativismo como alternativa de mudança: uma abordagem normativa**. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

OCB, Sistema. **O que é cooperativismo**. Disponível em: <<http://www.ocb.org.br/o-que-e-cooperativismo>>. Acesso em: 17 fev. 2018.

OCB/RR, Sistema. **Ramos do Cooperativismo**. Disponível em: <<http://ocbrr.coop.br/cooperativismo/ramos-do-cooperativismo.html>>. Acesso em: 30 mar. 2018.

PEIXINHO, Albaneide et al. **Cartilha Nacional da Alimentação Escolar**. 2014. Disponível em: <<http://www.educacao.sp.gov.br/a2sitebox/arquivos/documentos/960.pdf>>. Acesso em: 14 jul. 2018.

PINHO, Diva B. **O cooperativismo no Brasil: da vertente pioneira a vertente solidária**. São Paulo: Saraiva, 2004.

POLANYI, K. **A grande transformação**. As origens da nossa época. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

RIBEIRO, Gabriéli Carine; ZAMBIASI, Larissa de Souza; SACHSER, Leticia Renata. **Sucessão Familiar e as Influências Cooperativas**. Sarandi, 2018.

RODRIGUES, Maria de Lourdes. **Análise da ação administrativa em cooperativas agropecuárias do Triângulo Mineiro: um estudo de multi-casos**. 2005. 160 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-graduação em Administração, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2005. Disponível em: <<https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/12043/1/MLRodriguesDISSPRT.pdf>>. Acesso em: 17 fev. 2018.

SCHNEIDER, José Odelso (coordenador); HENDGES, Margot; SILVA, Antonio Cesar Machado da. **Educação e capacitação cooperativa: os desafios no seu desempenho**. São Leopoldo: Unisinos, 2010. 132 p.

SEAD, Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário. **O que é a agricultura familiar**. 2016. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/o-que-%C3%A9-agricultura-familiar>>. Acesso em: 14 jul. 2018.

Sescoop - RS. **Lista de cooperativas gaúchas**. Disponível em: <<http://www.sescooprs.coop.br/cooperativismo/lista-de-cooperativas-gauchas/>>. Acesso em: 10 jun. 2018.

SPANVELLO, Rosani Marisa; DREBES, Laila Mayara; LAGO, Adriano. **A influência das ações cooperativistas sobre a reprodução social da agricultura familiar e seus reflexos sobre o desenvolvimento rural**. Ipea, 2011. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/321017203_A_INFLUENCIA_DAS_ACOES_COOPERATIVISTAS_SOBRE_A_REPRODUCAO_SOCIAL_DA_AGRICULTURA_FAMILIAR_E_SEUS_REFLEXOS_SOBRE_O_DESENVOLVIMENTO_RURAL>. Acesso em: 08 ago. 2018.

TEDESCO, J. C. **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.

ZARAFSHANI, Kiumars et al. **Are Agricultural Production Cooperatives Successful? A Case Study in Western Iran**. *American- Eurasian J. Agric. & Environ*, v. 4, n. 8, p.482-486, 2010. Disponível em: <[https://www.idosi.org/aejaes/jaes8\(4\)/18.pdf](https://www.idosi.org/aejaes/jaes8(4)/18.pdf)>. Acesso em: 17 fev. 2018.

APÊNDICE A – ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

- 1) Há quanto tempo você é sócio da cooperativa?
- 2) Quantos membros da família trabalham juntos na propriedade? Você é primeira geração a trabalhar com a cooperativa?
- 3) Antes da CAAF como você fazia para comercializar o seu produto?
- 4) Antes da CAAF você tinha algum conhecimento sobre cooperativas?
Se sim, qual a influência desta(s) sobre a sua vida?
- 5) Como você ficou sabendo da CAAF? O que soube da CAAF?
- 6) Porque decidiu se associar? E qual a sua expectativa ao se associar?
- 7) E hoje você sabe quanto as entregas para a CAAF correspondem das suas entregas?
- 8) Em sua opinião a CAAF teve algum impacto na sua vida?
- 9) Qual a sua visão da CAAF nos últimos anos, melhorou, cresceu, está atendendo suas expectativas?
- 10) Sente-se parte da cooperativa?
- 11) Sente vontade de fazer parte dos conselhos da cooperativa?
- 12) Em sua opinião o que poderia ser melhorado na CAAF?